

## DIREITO ELEITORAL UMA ANÁLISE JURÍDICA

### Autor(es)

Stace Liz Carneiro  
Livia Eduarda Alves Da Rocha  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto  
Felipe De Almeida Campos  
Cintia Batista Pereira

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

A Constituição Federal de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", representa um marco histórico para o Brasil, estabelecendo os pilares do Estado Democrático de Direito e consolidando direitos e garantias fundamentais. A Carta Magna, promulgada em 5 de outubro de 1988, após um período de intensa mobilização social e política, é a lei suprema do país, definindo a estrutura do Estado, os direitos e deveres dos cidadãos e os princípios que regem a vida em sociedade. A Constituição de 1988, fruto de um processo de redemocratização, busca garantir a justiça social, a igualdade, a liberdade e a soberania popular. Seu texto, elaborado pela Assembleia Nacional Constituinte, reflete as aspirações de uma sociedade que buscava superar um passado de autoritarismo e construir um futuro baseado na democracia, na participação popular e na defesa dos direitos humanos. A Carta Magna, em seus artigos 14 a 17, estabelece o sufrágio universal, garantindo o direito de voto.

### Objetivo

Este resumo tem como objetivo analisar os principais aspectos do Direito Eleitoral, incluindo suas normas, princípios e desafios contemporâneos.

### Material e Métodos

**Material e Métodos:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica de textos legais, doutrinas e artigos acadêmicos sobre Direito Eleitoral. Foram analisados os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais relevantes, como a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) e a Lei de Inelegibilidades (Lei nº 64/1990). A metodologia empregada incluiu a comparação entre diferentes fontes para identificar convergências e divergências nos entendimentos.

### Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa demonstram que o Direito Eleitoral é um ramo do Direito Público que visa garantir a soberania popular por meio do sufrágio. Os princípios fundamentais do Direito Eleitoral incluem a democracia, a

isonomia e a moralidade. A análise da legislação eleitoral brasileira revelou sua complexidade, envolvendo normas constitucionais e infraconstitucionais. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desempenha um papel crucial na supervisão dos processos eleitorais, garantindo a legalidade e a transparência das eleições. Os desafios contemporâneos do Direito Eleitoral incluem a adaptação às novas tecnologias e a necessidade de combater fraudes eleitorais.

### Conclusão

O Direito Eleitoral é fundamental para a manutenção da democracia no Brasil. Compreender seus princípios e normas é crucial para garantir eleições livres e justas. A contínua reflexão sobre sua aplicação é necessária para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir a solidez do sistema eleitoral brasileiro.

### Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Código Eleitoral.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.